

DANTAS. Mariana A. 2018.
Dimensões da participação política indígena.
Estado nacional e revoltas em
Pernambuco e Alagoas, 1817-1848.
Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 259p.

Edson Silva^a

Quais interesses, motivações e perspectivas dos indígenas ao participaram no que foi genericamente chamado ‘ciclo das revoltas liberais’, entre 1817 e 1848, em Pernambuco e Alagoas? Baseada numa ampla pesquisa documental, com mapas e em diálogos com estudos sobre a temática indígena e o período, o livro ora resenhado buscou responder essa e outras perguntas. Publicado pelo Arquivo Nacional, como Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa/2015, originalmente foi uma Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Federal Fluminense/UFF no Rio de Janeiro. O estudo realizado, problematizou, discutiu e questionou a conhecida afirmação simplista sobre a ‘manipulação’ ou que os indígenas foram ‘usados’ pela classe dominante em guerras, confrontos e conflitos armados.

A publicação foi organizada em seis capítulos. No primeiro, a autora discutiu os processos de formação de aldeamentos na Zona da Mata Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas e no Agreste pernambu-

^a Professor Titular de História (UFPE). Professor no Centro de Educação/Colégio de Aplicação (UFPE). Leciona no PROFHISTÓRIA (UFPE) e no Programa de Pós-Graduação em História (UFCEG). Email: edson.edsilva@hotmail.com.

cano, tratando das aldeias de Jacuípe, Barreiros e Cimbres (atualmente Pesqueira, onde habitam os Xukuru do Ororubá), respectivamente. Aldeias do período colonial que após a segunda metade do século XVIII, com a legislação portuguesa e aplicação do Diretório Pombalino, foram transformadas em vilas com o incentivo oficial para a ocupação das terras por meio de arrendamentos pelos não índios. Provocando nos anos seguintes muitos conflitos, tensões e esbulhos nos aldeamentos, com profundas transformações territoriais e identitárias para os indígenas.

O recrutamento compulsório e as participações negociadas de indígenas na Insurreição de 1817 foram discutidas no Capítulo 2. Nas disputas políticas entre Pernambuco e a Corte, os indígenas nos aldeamentos em Águas Belas, Cimbres e Escada em Pernambuco, Atalaia em Alagoas, estiveram presentes de forma significativa em forças militares de ambos os lados nos combates. Em meio a arena de disputas entre o poder da metrópole e o ‘patriotismo’ de lideranças das elites locais que se afirmavam liberais, mas eram escravocratas ou também membros de tradicionais oligarquias, os índios estabeleceram alianças pontuais que sinalizavam para a garantia de permanência nas terras onde habitavam.

As expulsões dos índios moradores nos pequenos ‘sítios’, as invasões e apropriações das terras pelos fazendeiros ocorreram ao longo do século XIX. Situação que mudou com as mobilizações indígenas a partir de fins dos anos 1980, quando motivados pelo reconhecimento de direitos na Constituição Federal em 1988 e liderados pelo Cacique ‘Xicão’, os índios iniciaram as retomadas das terras invadidas. Apesar do assassinato do Cacique a mando de fazendeiros em 1998, as mortes de lideranças, as perseguições e violências nos anos seguintes, em 2001 os Xukuru do Ororubá conquistaram a demarcação e homologação do território (Silva 2017).

A participação indígena nos combates da Cabanada ou a Guerra dos Cabanos ocorrida entre 1832 e 1835, desde o Agreste a Zona da Mata Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas, envolvendo proprietá-

rios de terras conservadores e liberais no cenário das disputas provinciais após as mudanças políticas na Corte, foi discutida pela autora no Capítulo 4. Cabanos, aliados indígenas e negros fugidos aquartelavam-se nas densas matas existentes na região litorânea. Os indígenas aldeados em Jacuípe/AL e em Barreiros/PE combateram nas tropas rebeldes como também em tropas governamentais, a partir de escolhas e alianças pontuais no quadro das relações locais e os interesses pelas terras das aldeias.

Com as retomadas pelas forças legais dos locais invadidos pelos cabanos, ocorreram prisões, fugas de líderes e rendição de rebeldes, dentre os quais indígenas de Jacuípe que aderiram as tropas governistas. Uma escolha compreendida a partir das observações sobre as alianças indígenas nas dinâmicas das relações de poder e disputas políticas provinciais. Existia um medo dos índios rebeldes armados pela sociedade local e autoridades, sendo, portanto, o melhor aceitá-los como aliados e pacíficos. Desarmados e apaziguados nos anos seguintes os indígenas tiveram as terras invadidas por senhores de engenho e as matas mesmo legalmente protegidas foram devastadas para o plantio da cana de açúcar.

As divergências e oposição do líder indígena Bento Duarte ocorriam em relação à administração da aldeia e os recursos dos arrendamentos das terras, provocaram uma cisão no aldeamento de Barreiros. Indígenas contrários a Agostinho Panaxo foram acusados de invadirem engenhos e roubar gados em propriedades de aliados do Juiz de Paz. Na Cabanada os conflitos entre as duas lideranças e seus grupos tornaram-se mais explícitos, com indígenas participando em ambos os lados nas batalhas, em importantes vitórias para as tropas legais e as tropas rebeldes. Evidenciando o potencial e os significados dos índios aldeados em Barreiros nos combates.

Os índios aldeados em Barreiros e Jacuípe também participaram nos confrontos da Praieira, como foi discutido no Capítulo 5 do livro *A chamada Revolução Praieira ou simplesmente Praieira* (1848 a 1850), ocorreu na Província de Pernambuco com confrontos entre

liberais e federalistas conservadores. Quando assumiram o poder na Província, os ‘praieiros’ (liberais) invadiram na Zona da Mata Sul pernambucana engenhos de membros do Partido Conservador (federalistas), provocando a reação armada dos atingidos em meio as disputas pelo poder provincial no processo da formação do Estado nacional.

Os aldeamentos indígenas na Província de Pernambuco tinham sido declarados oficialmente extintos na década de 1870. Com derrota da Praieira, a vitória dos conservadores e o projeto da Corte, somada a Lei de Terras de 1850, ocorrera a legitimação de invasões das terras indígenas. Índios que depois da extinção da Aldeia de Escada/PE em 1860 habitavam na localidade Riacho do Mato na Zona da Mata Sul pernambucana, reivindicavam das autoridades a criação de um novo aldeamento, em um lugar com densas matas, terras de muita fertilidade e irrigada por muitos rios, cobiçado pelos senhores de engenho.

As dimensões da participação política indígena foram retomadas no último capítulo, onde a autora ressaltou as motivações dos envolvimento de índios nas revoltas no contexto da construção do Estado nacional no século XIX, como um processo incluso e múltiplo. Sendo necessário e muito importante pensar a participação dos indígenas como aliados aos rebeldes ou as tropas governamentais enquanto sujeitos sociopolíticos na/ná História. Ainda que tenham ocorrido situações de recrutamentos compulsórios, pensar a participação indígena como formas de inserções na arena política, na busca do exercício da cidadania em meio as disputas públicas, com os índios barganhando interesses, negociando com as oligarquias locais e considerando as relações de poder provincial, seja para conquista de benefícios pontuais mas, sobretudo, o controle na administração dos aldeamentos e garantias das terras onde habitavam.

A leitura dessa publicação é por demais recomendável, pois além de uma considerável pesquisa documental que evidenciou a importância da participação indígena nos processos históricos como sujeitos sociopolíticos, apresentou também uma profunda revisão na historio-

grafia sobre as chamadas ‘revoltas liberais’ em Pernambuco. Tratando-se, portanto, de uma contribuição significativa para repensar as abordagens históricas que invisibilizam os lugares, papéis e protagonismos dos índios na História do Brasil.

Referência:

SILVA, Edson. 2017. Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/ PE), 1950-1988. 2^a. ed. Recife: EDUFPE.

Recebido em Novembro de 2019.

Aprovado em Dezembro de 2019.